

# ***TESE ASSUFRGS PELA BASE***

Para além da construção dessa tese para o CONASSUFRGS/2025, desde a nossa última greve dos TAE's de 2024, alguns colegas iniciaram uma aproximação política que foi se conformando no que hoje chamamos de coletivo sindical ASSUFRGS PELA BASE, para atuação na base da Assufrgs/Fasubra.

Começamos a nos juntar pela avaliação comum de que havia uma burocratização e distanciamento da base de toda direção da Fasubra, além de um atrelamento incontestado da corrente política majoritária (Cutista) aos ditames do Governo, em detrimento da categoria. Durante a greve foram várias manobras nas discussões, nos encaminhamentos e até mesmo nas votações que deixaram as bases confusas e indignadas, prejudicando o debate democrático e o verdadeiro objetivo de uma Federação sindical. No terceiro mês de greve, exatamente quando estávamos numa fase de negociação crucial e com reivindicações importantes a serem debatidas (como o RSC e a flexibilização da jornada), até mesmo forças que aparentavam combatividade cederam à pressão do governo e da direção majoritária da Fasubra e cooperaram para encerrar o movimento prematuramente. Foi por conta disso que o final da greve foi bastante conturbado e, se temos várias pendências e equívocos no acordo de greve, muito tem a ver com o patrolamento feito pela Direção para finalizar a greve a mando do Governo.

Também nos aproximou a tentativa de barrar as investidas burocráticas da Coordenação da Assufrgs no Comando Local que, na finaleira, quis alterar as regras do jogo, limitando os votos no Comando e querendo impor nomes de seus aliados políticos ao Comando Nacional. Fazemos uma avaliação de que, antes mesmo da atual gestão, o sindicato vem num processo contínuo e grave de distanciamento da base e de inversão de prioridades. A Assufrgs vem priorizando esforços e fazendo a luta política apenas a cada dois anos, girando o sindicato para as Eleições no país e no município. O Conselho de Representantes, sem ser de fato representativo das Unidades, também está distante e não está dando conta de expandir as discussões na base, se resumindo a ser uma extensão da Coordenação, quando deveria ser um apoio político e uma forma de democratização do sindicato.

Ainda que a composição deste coletivo seja bastante heterogênea, com militantes de diversas correntes e/ou independentes e com origens teóricas diversas, conseguimos formar uma unidade em torno de algumas questões como: a independência de classe diante de qualquer Partido e Governos (ou patrão); a prioridade na ação e participação direta dos trabalhadores para lutar e conquistar direitos; a defesa intransigente dos interesses da nossa categoria e de nossa Classe; a solidariedade de classe e luta contra todas as formas de opressão e de exploração a todos os tipos de pessoas e também do planeta em geral. Vamos tentar contribuir com os debates desenvolvendo vários temas que apresentamos nesta tese sindical.

## CONJUNTURA INTERNACIONAL

As últimas décadas têm sido marcadas por uma “reorientação” da divisão internacional do trabalho que salta aos olhos da pessoa mais distraída ou alheia aos acontecimentos mundiais. Os países asiáticos, particularmente a China, estão retomando o domínio de grande parte da produção de mercadorias, tal como era quando a Europa procurava o caminho para os mercados “das Índias” e, conforme desenvolvimentos recentes, como ainda era até pouco antes da ascensão da Inglaterra com a revolução industrial no setor têxtil.

A característica mais marcante dessa mudança é a especialização produtiva progressiva dos países asiáticos em equipamentos com tecnologia de ponta, em um processo de substituição de importações acelerado, colocando esses países em pé de igualdade na concorrência internacional com os países centrais do capitalismo mundial. Somado a isso, as tendências mundiais na manufatura são de intensa mecanização e automatização, reduzindo o trabalho humano necessário para a produção ao mínimo.

As conseqüentes mudanças na circulação de mercadorias impactam no mundo todo, nivelando os preços, inclusive dos salários. Essas mudanças também causam pressão contra as moedas nacionais dos demais países centrais e seus países dependentes, que têm dificuldade de controlar a estabilidade da moeda, visto que acumulam déficits permanentes nas balanças comerciais (agora mais em favor dos países asiáticos), o que impacta negativamente nos seus balanços de pagamentos e impõe restrições à política cambial.

### *A persistente crise capitalista*

Na prática, o mundo já está em depressão econômica desde o início do novo milênio, que descambou para a crise de 2008. Depressão essa que a América do Norte e Europa Ocidental contornaram temporariamente através do privilégio dos EUA de emitir o dólar, com o qual podem comprar toda a produção do resto do mundo e depois obter os mesmos dólares vindos de fora para serem reinvestidos em Wall Street e nos títulos de dívida do tesouro dos EUA. Dívida essa que já ultrapassou os US\$ 36 trilhões, coloca os EUA em impasses para seu próprio financiamento e reduz as margens para políticas macroeconômicas. Além disso, a emissão de moeda nos EUA impacta na desvalorização das moedas nacionais do mundo todo. O que se pode esperar é o abandono gradual do dólar como moeda de curso mundial. Tal mudança se ventila há tempos, principalmente desde 1971, quando Nixon decretou o fim do padrão ouro. Os BRICS já avaliam alternativas de uma nova moeda comum desde o seu surgimento e agora retomam o assunto. Candidatos à presidência dos EUA propuseram lastro em criptomoedas, de forma similar ao padrão ouro. Uma mudança dessa natureza deve trazer mais desordem mundial.

### *O colapso do estado de bem-estar social (no ocidente)*

Com o colapso da União Soviética, uma outra perspectiva de produção praticamente desapareceu da cabeça das classes trabalhadoras na maior parte do mundo, e as alternativas

baseadas no mercado, com conciliação de classes, tomaram conta da maioria da esquerda mundial. A China comunista cedeu ao capitalismo, na forma da livre iniciativa, das multinacionais e do sistema do dólar, avaliando que era a única maneira de desenvolver suas forças produtivas ao máximo.

Os países ocidentais e seus satélites vêm enfrentando subemprego ou desemprego massivo. Além da redução da demanda por trabalho especializado, decorrente da reconfiguração da divisão internacional do trabalho, também há redução da demanda de trabalho em geral decorrente da automação progressiva dos processos produtivos e a própria queda tendencial da taxa de lucros, inerente ao sistema capitalista, que obriga a burguesia a dispensar parte dos trabalhadores e explorar mais intensamente a outra parte para amenizar suas perdas. As massas desempregadas ou subempregadas acabam contribuindo para a redução dos salários e supressão dos direitos trabalhistas em geral. A degradação dos trabalhadores é tal que as novas gerações não têm perspectiva de adquirir casa e constituir família, mesmo entre as classes médias. Esses e outros fatores afetam até mesmo a reprodução dos trabalhadores, de tal maneira que várias estimativas indicam que a população mundial reduzirá consideravelmente até 2100, sendo uma redução de 50 milhões de pessoas apenas no Brasil, segundo o IBGE.

Apesar desse processo de precarização do trabalho e busca pela automatização dos processos de produção, é fato que o sistema capitalista não pode abrir mão da força de trabalho e toda a fragmentação imposta nos últimos anos também significou um aumento na quantidade de pessoas que têm como única forma de sobrevivência sua capacidade de trabalhar. Ao mesmo tempo, essa precarização da vida que se aprofunda desde a crise de 2008 deu lugar a importantes processos da luta de classes a nível internacional. A Primavera Árabe, assim como movimentos protagonizados pela juventude na Europa, nos EUA, na América Latina marcaram os primeiros anos após o colapso do Lehman Brothers. Após isso, uma onda de revoltas na América Latina, como no Chile e no Equador, e também na Europa, junto a fortes movimentos de mulheres contra o feminicídio com o Ni Una A Menos e pela legalização do aborto com a maré verde tomaram as ruas. Também as duas ondas do Black Lives Matter, a última delas ainda mais radicalizada, em meio à pandemia de Covid-19, relembra que diante do racismo estrutural do sistema capitalista, a luta negra jamais se calou. Nos países do Oriente Médio e do Continente Africano também se expressaram diversas revoltas populares. O fenômeno dos coletes amarelos na França também trouxe à tona os setores mais precarizados da classe trabalhadora e mais recentemente a juventude trabalhadora dos EUA fundando sindicatos e protagonizando greves junto aos setores mais tradicionais da classe relembram de distintas formas que os explorados e oprimidos não têm suportado em silêncio a miséria capitalista.

### ***Vitória eleitoral de Trump***

A vitória de Trump na principal potência imperialista mostra a força da extrema direita na esfera internacional com posições já conquistadas na Europa e na América Latina. Sua ascensão está em pleno desenvolvimento, e, como um fenômeno em transição, apresenta desenlaces em aberto que dependerão do curso dos acontecimentos. Sua ofensividade contra

os imigrantes, LGBTs e outros setores super-explorados e oprimidos da sociedade busca firmar bases sociais em torno de um projeto reacionário que, apesar disso, não deixa de ser instável e é expressão da crise de hegemonia americana a nível internacional.

A extrema direita de hoje é um fenômeno que, embora tenha semelhanças, não é o fascismo e o nazismo das décadas de 1920 e 1930, pois se move em coordenadas históricas diferentes. No entanto, é necessário considerar os elementos comuns entre os dois fenômenos e, é claro, levar em conta as lições do passado para combatê-lo e derrotá-lo. A ascensão da extrema direita baseia-se em uma combinação de ultraliberalismo, conservadorismo extremo, racismo e xenofobia, patriotismo e um forte impulso autoritário.

Atualmente, nos EUA e na Europa, encontramos uma situação explosiva, combinando uma intensa pressão migratória e uma forte deterioração das condições de vida dos setores mais pobres. A pressão migratória é provocada por situações de guerra (inclusive guerras não declaradas), pela pilhagem de países semicoloniais e pela seca e fome causadas pelo aquecimento global.

### ***Guerras por procuração e guerras híbridas***

Apesar dos meios de comunicação com frequência atribuírem motivações culturais, étnicas e religiosas aos conflitos armados e guerras recentes, como as interpretações equivocadas de um suposto Choque de Civilizações, a verdade é que o interesse das grandes nações são o acesso a mercados, matérias-primas e mão de obra barata, e permanecem sendo o fio condutor desses conflitos. Tivemos o caso do Iraque, onde a mentira da existência de armas de destruição em massa levou a uma guerra que devastou o país. Posteriormente, viu-se que o interesse era evitar que o Iraque deixasse de usar o dólar para comercializar o Petróleo, e que essa ideia se propagasse por outros países. Esse evento disparou o sinal de alerta ao redor do mundo que passou a procurar outros meios de pagamento, como os BRICS.

Como forma de economizar e não se implicar diretamente em conflitos que pudessem causar mais desconfiança mútua nos países integrantes do mercado mundial, os países centrais passaram a se valer de sanções econômicas, e intensificaram a atuação clandestina, financiando ONGs, grupos paramilitares profissionais e insurgentes, além de *think tanks*, para minar os poderes não alinhados onde houvesse conflitos de interesse. Assim foi em várias situações nas Revoluções Coloridas do leste europeu e na Primavera Árabe. Atualmente, o massacre dos palestinos por Israel, financiado pelos EUA, e a Guerra da Ucrânia, apoiada pela OTAN, são os maiores exemplos dessas formas de atuação.

### ***As Big Techs e a “fabricação do consenso”***

As facilidades que o progresso da informática e telecomunicações trouxeram para os processos produtivos e para a vida cotidiana das pessoas é inquestionável, mas também serviram para impulsionar novos meios de “fabricação do consenso” da população pelas classes dominantes. O que antes era disseminado pelos currículos escolares e indústria cultural e midiática, agora se dissemina em escala industrial através das redes sociais, sem mediações e de forma personalizada para os usuários.

Ainda que os movimentos sociais muitas vezes consigam “furar a bolha” que o Algoritmo impõe, por exemplo quando conseguimos um nível alto de disseminação das denúncias contra Israel no massacre na Palestina, ou também quando muitas mobilizações são articuladas e ganham força através do whatsapp; a ultra-direita tem nadado de braçada nos ambientes virtuais e imposto sua visão de mundo para amplas frações da sociedade, por meio de mentiras deliberadas e por omissão de elementos cruciais da verdade. A tendência é que o uso dessas ferramentas se torne cada vez mais disseminado e eficiente, com geração de vídeos e áudios de personalidades políticas com ferramentas de inteligência artificial, falsificando seus discursos e ações, principalmente em períodos eleitorais e fora do radar dos órgãos fiscalizadores. Tudo isso com a conivência das grandes empresas de tecnologia sob o manto da liberdade de expressão, que encobre seus verdadeiros interesses que é o que ganham com publicidade.

### ***Tempo de radicalismo político***

As trabalhadoras e trabalhadores estão desiludidos com a lógica eleitoral de política representativa. Estão convencidas que o voto não é sinônimo de democracia. A abstenção gigantesca e crescente nas eleições em todo o mundo ocidental é o indício mais concreto desse fato. Governo entra e governo sai e a situação da população só se deteriora a cada dia.

Em um momento que o mundo tende a entrar em uma lógica de situações extremas, com choques entre grandes nações, com convulsões populares em diversos lugares do planeta e um potencial de conflitos bélicos de grandes proporções, a classe trabalhadora mundial deveria estar mais preparada para compreender seu papel e suas capacidades de mobilização e organização. Porém, a maioria da esquerda não tem feito muito além de conformar, confundir e manter cativa a classe. Frações da direita souberam captar a indignação popular e enganar com discursos anti-Sistema, supostamente contra as castas e privilégios.

Em uma conjuntura como essa o discurso moderado e de conciliação é irresponsável. A situação exige radicalismo político, ou seja, que se tome as coisas pela raiz, ou como elas são de fato. Não confundir radicalismo com imprudência. O insensato agora é acreditar que a lógica parlamentar, a democracia representativa e as negociatas de bastidores tem alguma capacidade de segurar o rojão que a ultra-direita está preparando para a vida material e subjetiva dos trabalhadores.

## **CONJUNTURA NACIONAL**

Boa parte da classe trabalhadora, do povo pobre e dos setores marginalizados sentiram alívio com o fim do governo Bolsonaro que personificou a face mais cruel do capitalismo no país desde a ditadura, sendo a cara da burguesia herdeira dos escravocratas que agora tomaram a forma do “agro” e rentistas. Foi um governo que atacou direitos trabalhistas, sucateou, terceirizou e privatizou os serviços públicos, destruiu a Amazônia para expansão do agronegócio, liberando agrotóxicos e permitindo o assassinato de pequenos agricultores, povos indígenas (caso bárbaro dos yanomamis) e quilombolas, bem como de suas lideranças. Além das atrocidades inesquecíveis cometidas na Pandemia do COVID-19

com quase um milhão de mortes e desemprego em massa que lhe rendeu o título de Genocida.

Desde a aparição do bolsonarismo, porém, houve uma forte oposição social de diversos setores. As mulheres, que se ergueram no massivo movimento “Ele não”, os estudantes, que no Tsunami da educação em 2019 conseguiram, naquele momento, fazer o governo recuar em seus cortes. Também diante da reforma da previdência, chegou a ser convocada uma paralisação nacional, que as direções sindicais conseguiram desmobilizar devido às suas negociações com a direita. Durante a pandemia, em 2020, o breque dos apps foi expressão do enfrentamento contra a precarização do trabalho sem direitos imposta a milhões de trabalhadoras e trabalhadores. Além dos povos indígenas que ergueram fortes acampamentos em Brasília para remarcar o fato de que o Brasil é terra indígena, enfrentando o Marco Temporal e os interesses do agronegócio. Esses processos demonstraram que havia espaço para se erguer um forte enfrentamento ao projeto de país que vinha sendo imposto desde o governo golpista de Temer, porém as direções sindicais e dos movimentos sociais não batalharam para que a insatisfação que existia tivesse maior vazão e para que os setores que se colocavam em luta se unificassem. Ao invés disso, aguardaram o processo eleitoral e canalizaram essa insatisfação para esse terreno, como se fosse somente nas eleições que a extrema direita seria derrotada..

Entretanto, a derrota eleitoral de Bolsonaro, infelizmente, não significou a derrota do projeto de poder da ultra-direita e do bolsonarismo. Com a narrativa de unidade irrestrita “contra o fascismo”, formou-se no Brasil uma frente ampla da maioria da esquerda (PT, Psol, PCdoB e outros) com setores grandes e importantes da burguesia (Agronegócio, setor financeiro e outros). Essa “aliança eleitoral” seguiu firme e forte depois das eleições de 2022, passando pelas eleições de 2024 e se mantém ainda hoje com ambos os lados fazendo um balanço positivo dessa política. Do governo à oposição de direita, estão todos a favor do arcabouço fiscal que privilegia os magnatas, os super-ricos, os banqueiros que levam, através da mal chamada dívida pública, mais de 46% do Orçamento federal, como denuncia a Auditoria Cidadã da Dívida.

Essa estratégia de “juntar alhos e bugalhos” contra o fascismo não parece estar dando resultados concretos; ao contrário, pois a ultra-direita cresceu eleitoralmente nas últimas eleições municipais de 2024 e segue atuante e eficaz na tentativa de ganhar consciência das massas com seus métodos espúrios de fake news e inserida em todos lugares da sociedade, tentando impor sua ideologia reacionária, apoiada direta ou indiretamente por importantes instituições do Estado; vide a tentativa de golpe no 8 de janeiro de 2023, onde houve a participação efetiva de setores do alto comando das FA’s e Polícias.

A política econômica do governo Lula-Alckmin, distante da expectativa geral de mudança, mantém a aliança com amplos setores da burguesia nacional e do imperialismo. Um programa comum com os capitalistas não tem nenhuma possibilidade de reverter o empobrecimento do país nem o processo de recolonização do Brasil pelos países ricos e multinacionais. O aumento irrisório do salário mínimo e do reajuste do funcionalismo Público, a não alteração estrutural no preço dos combustíveis, nem qualquer controle sobre o preço dos alimentos, a conivência com o processos de privatizações (vide Metrô de MG) e, principalmente, a negativa em revogar as Reformas Trabalhista, Previdenciária e do Ensino Médio, fazem com que a classe trabalhadora sinta uma enorme decepção com o governo. As

necessidades fundamentais da classe trabalhadora não serão atendidas por um governo que se propõe apenas a administrar a crise capitalista, responsável pela brutal degradação vivida em nosso país. A promessa expressa no slogan “Unir e reconstruir o Brasil” é uma demonstração da colaboração de classes que, em última instância, levou a uma situação em que 33 milhões de pessoas passam fome e 125 milhões vivem em insegurança alimentar.

A força da nossa classe está na sua independência em relação à burguesia e aos governos de aliança com a patronal, e na mobilização e organização independentes, em prol de nossas reivindicações mais sentidas e de uma alternativa das(os) trabalhadoras(es) e dos setores populares e oprimidos para o Brasil. É PRECISO ENFRENTAR A CLASSE DOMINANTE E AVANÇAR NA ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO PERMANENTE E INDEPENDENTE.

A classe trabalhadora deve confiar nas suas próprias forças, sem depositar confiança no governo Lula/Alckmin e perceber que a única forma de enfrentar e derrotar a ultra-direita é através da mobilização direta, com organização própria dos trabalhadores e da sua autodefesa. É preciso levar uma importante discussão ao conjunto da classe trabalhadora e da juventude e também de suas lideranças de esquerda, sobre a necessidade de nos organizarmos, com independência de classe, para nos defender e defender as liberdades democráticas – os direitos de reunião, organização e opinião – que conquistamos com muitas lutas. Da mesma forma, devemos construir a unidade de ação para combater a ultradireita, que seguirá atuando sob os olhos ineficientes das Frentes Eleitorais e dos governos neoliberais. A mobilização e organização independente da classe trabalhadora precisam estar a serviço de uma estratégia para mudar a sociedade e pôr um fim ao capitalismo. Lutar para que os ricos paguem pela crise!

### ***O serviço público no Brasil***

Estamos numa conjuntura onde os ataques ao serviço público ocorrem em várias frentes diferentes. Por um lado, o STF valida a flexibilização do RJU, acabando com a obrigatoriedade de regimes jurídicos únicos e nossos planos de carreira. Aliado à mesma agenda, o Governo Federal põe em prática políticas contrárias às carreiras do serviço público, como o arcabouço fiscal, as políticas privatistas através das PPP, e a reforma administrativa fatiada, que por meio de INs, portarias e decretos, criam novas formas de gestão por metas, retirando direitos e garantias aos servidores públicos. Tal política abre uma avenida para que, num futuro próximo, ocorra o fim da estabilidade e a demissão em massa de servidores públicos para serem substituídos por CCs, trabalhadores terceirizados precarizados e servidores contratados em novos regimes.

No governo Lula 3 os ataques ao serviço público vêm com um fator adicional, a total leniência das bases de apoio governista nas direções e coordenações dos sindicatos e federações de servidores. Verdadeiros lobos em pele de cordeiro que, ao invés de defender os interesses de seus representados, atuam para desmobilizar e frear os movimentos paredistas. Neste contexto é fundamental um sindicato independente para atuar de fato em favor dos servidores públicos e suas carreiras em vez de cumprir a agenda do governo.

### ***A defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade.***

Na educação não é diferente. É preciso que o sindicato foque seus esforços em defesa do serviço público, gratuito e de qualidade. Para isso é necessário um posicionamento contundente das coordenações sindicais contra as políticas econômicas neoliberais, que visam a privatização da educação, entregando-a de bandeja na mão da iniciativa privada. Empresas públicas como a EBSERH, onde ocorrem a precarização e a terceirização de serviços que anteriormente era feito por TAEs, já é uma realidade e assombram nossa categoria. É preciso reforçar a luta pela abertura de mais concursos públicos dentro da carreira TAE e dentro do RJU. Mas infelizmente, o que vimos durante a Greve de 2024 foi justamente o contrário, vimos uma relativização dessas políticas por parte das bases governistas que estão na direção da FASUBRA, passando pano para todas as políticas neoliberais do atual governo, e desmobilizando toda e qualquer crítica direta ao Executivo federal.

## **POLÍTICAS SINDICAIS E PLANO ESTRATÉGICO DE LUTAS**

Se quisermos cumprir com nossos objetivos, devemos promover a luta sindical a partir dos locais de trabalho. É aí onde os trabalhadores se constituem como classe e onde sofrem a opressão diariamente. É aí onde o sistema impõe o trabalho degradante e se retroalimenta. O sindicato não deve seguir apartado da base da categoria, preso numa burocracia de negociações intermináveis com as diferentes gestões.

As negociações sempre vão existir, mas são consequências da luta e a ela estão subordinadas. A luta forma os sujeitos e é, portanto, tão importante quanto as conquistas imediatas. A greve de 2024 mostrou o quanto um movimento avançado pode reconfigurar as forças e ações do sindicato, inserindo novos horizontes de ideias e novos militantes sindicais.

Nas pautas imediatas da categoria, o sindicato não pode ficar isolado das outras bases mais próximas, devendo se articular com outros sindicatos do RS (UFPEL, a UFSM e a UNIPAMPA) e fortalecer o federalismo na FASUBRA, que tem atuado de maneira centralizadora.

Além disso, é extremamente importante seguir rompendo com o corporativismo que atinge os sindicatos ligados ao serviço público. A atuação sindical numa perspectiva classista e revolucionária faz parte da estratégia de transformação social rumo à queda da dominação capitalista e não podemos nos apartar desta perspectiva. A emancipação social deve ser o horizonte de nossas lutas, seja nas pautas imediatas da categoria, seja nas demandas sociais que estouram nesta etapa do capitalismo neoliberal.

Em termos imediatos, nas pautas que dizem respeito à categoria, embora não possam ser separadas do contexto geral da Classe, nós dividiremos para adequar o entendimento, em pautas internas, próprias de cada IF, e externas, tratadas diretamente com o Governo Federal.

Nas pautas internas, de maneira urgente, temos a implantação do PGD, a continuidade do trabalho remoto e a flexibilização da jornada.

O *PGD* não é uma proposta neutra, podendo representar um grande perigo para os servidores públicos ao possibilitar a criação de metas individuais de desempenho. Caso o sindicato não intervenha de maneira firme nesta questão, possibilitando uma gestão democrática desse plano, teremos grande risco de precarização das relações de trabalho no serviço público, especialmente se alinhadas com uma possível Reforma Administrativa.



O *trabalho remoto* já é uma realidade na nossa categoria, mas é preciso dizer duas coisas a esse respeito: a primeira é que quem mais ganha com essa modalidade não é o trabalhador e sim o patrão. No nosso caso, quem mais ganha é o governo e as gestões que economizam nos custos e precarizam os serviços e as relações de trabalho. Ainda que haja um grande apelo das pessoas para realizar seu trabalho a partir de casa por conta de uma (suposta) economia de gastos e de tempo, em boa parte das situações as pessoas precisam gastar mais em equipamentos, trabalham mais sem horários limitados (principalmente as mulheres mães que dispensam secretárias e creches e triplicam suas jornadas dando conta de tudo), além de terem suas relações pessoais alteradas ou mesmo degradadas, misturando horas de convívio, lazer ou descanso com a família com o trabalho a ser realizado. Sem falar no que consideramos ser o maior dos problemas do teletrabalho que é dificultar ainda mais a organização sindical, visto que os colegas já não se encontram, conversam e, portanto, vão se perdendo enquanto categoria e deixando de se mobilizar. Todos sabemos bem como é difícil de fazermos o trabalho sindical e político quando não achamos mais os colegas nos setores, pois estão em teletrabalho.

A segunda coisa a se dizer é que o movimento sindical como um todo e mais especificamente a Assufgrs, capitulando ao apelo regressivo da base de implementar o trabalho remoto, não resistiu ou sequer questionou a implementação dessa modalidade que foi imposta sem discussão. Na atual circunstância, já tendo sucumbido sem resistência nenhuma, nos cabe agora lutar pela garantia de disponibilização de equipamentos e treinamentos para mitigar os efeitos negativos dessa modalidade, bem como a garantia de nenhum direito a menos (licenças, regularização de acidente de trabalho) por conta do trabalho em casa.

A *flexibilização*, sob ataque das diferentes gestões nas IFEs, é outra pauta que temos que nos mobilizar. Embora ela possa ser superada pela redução da jornada de trabalho garantida pelo Acordo de Greve, a flexibilização pode antecipar esses efeitos. A redução da jornada de trabalho é pauta central na luta da nossa classe e a nossa vitória pode ter lastro na vitória de todos os demais trabalhadores(as).

*Planos de saúde* - embora tenhamos como pauta a defesa de um SUS público, gratuito e de qualidade, os planos de saúde são uma realidade da nossa categoria. São planos caros, que afastam alguns servidores ou penalizam os que neles permanecem, especialmente os servidores mais velhos que passam a ser considerados como um objeto de risco para essas empresas que só visam o lucro. É necessário garantir um valor melhor para os TAEs da nossa categoria, mais equilibrado em termos de idade, em que o princípio de solidariedade também seja utilizado, assim como na previdência.

Além disso, o sindicato precisa estar mais presente na assistência aos TAEs com dependentes com deficiência e/ou que necessitam de acompanhamento constante. Isto poderia ocorrer em pelo menos dois âmbitos cruciais: nas perícias feitas pelo DAS, para garantir que a avaliação médica seja feita de acordo com princípios claros e de acolhimento, respeitando as particularidades de cada caso (como o das pessoas com Transtorno do Espectro Autista, que requerem atendimento diferenciado); e nos trâmites para redução de carga horária e exercício da função em modo 100% remoto, uma necessidade daqueles e daquelas que precisam cuidar dos seus dependentes PCD e que não contam com uma rede de apoio adequada.

Nas pautas externas, é *preciso fazer a Defesa das conquistas da Greve de 2024.*

### ***Carreira, Educação pública e relações de trabalho***

A pressão feita pela ala governista da direção da FASUBRA para o fim da Greve de 2024 levou a assinatura prematura do Acordo de Greve 11/2024, que sequer voltou às bases para aprovação do texto final. Isso resultou num AG com diversas “pegadinhas” para a categoria, em que muitos dos ganhos da greve não estão garantidos pois ficaram condicionados a uma suposta “*constatação de viabilidade*”. Vale destacar que até o momento nenhum dos ganhos da greve foram percebidos pelos TAEs, nem mesmo os que independem da constatação de viabilidade, pois todos os ganhos presentes no AG foram incluídos na MP 1286/2024, que depende de aprovação da LOA pelo congresso, o que ainda não aconteceu. Sendo assim, é fundamental um sindicato independente para cobrar do governo federal os frutos da Greve de 2024. Segue abaixo alguns pontos que apesar de estarem presentes no AG, precisam ser cobrados com mais ênfase:

- Defesa da criação do Cargo Amplo de Auxiliar em Educação nível C. A emissão da MP 1286/2024 sem a previsão deste cargo configura uma verdadeira quebra no Termo de Acordo da última Greve. Apesar deste ponto ser um impasse na CNSC, o governo de forma autoritária excluiu da MP, ainda que o cargo de Auxiliar em Educação nível C seja válido e, portanto, não poderia ter ficado de fora da racionalização;
- Defesa das 30 horas para todos os TAEs. Essa é mais uma das conquistas da greve que ficou condicionada à “*constatação de viabilidade*”. Apesar de não impactar no orçamento, o governo se nega a abrir GT para discutir esta pauta, de forma a inviabilizá-la;
- Lutar pela criação do RSC com parâmetros acessíveis a todos servidores da carreira, incluindo aposentados. Atualmente os parâmetros do RSC discutidos na CNSC impedem na prática que aposentados usufruam deste direito;
- Lutar para que o reajuste dos steps e as correlações entrem no texto da Lei 11.091. Atualmente, conforme MP 1286/2024, colocado apenas nos anexos, facilita a alteração e revogação futura dos direitos garantidos em greve;
- Lutar pelo cumprimento das jornadas de trabalho das profissões regulamentadas por leis específicas;
- Implementação da hora ficta para servidores dos HUs e servidores que trabalham em regime de plantão ou escala. Apesar de constar no AG, ainda não saiu do papel;
- Lutar por mais concursos para Intérpretes de LIBRAS, nível E. Uma conquista da Greve que depende da análise de viabilidade.
- Defesa incondicional dos aposentados. Lutar pelos aposentados é lutar em defesa de toda a categoria. Pelo reposicionamento que, apesar de constar no Acordo de Greve, ainda não saiu do papel.
- *Novas pautas e lutas da categoria:*

- Lutar pelo fim da vinculação do RSC ao IQ. Infelizmente a categoria errou ao aprovar a vinculação do RSC ao IQ. O RSC deve ser uma via de ascensão na carreira não vinculada ao academicismo;
- Lutar pela equiparação dos auxílios alimentação, auxílio saúde, auxílio creche, com os demais poderes;
- Lutar pela data-base da categoria;
- Diminuição das desigualdades sociais dentro da categoria: a defesa dos níveis A, B e C, dos aposentados e a luta pelo reposicionamento. O sindicato deve ter como princípio a diminuição das desigualdades dentro da própria categoria dos TAEs. Para isso é fundamental fazer a defesa incondicional dos TAEs nível A, B e C, priorizando aumentos salariais para estes níveis, buscando a equiparação salarial e/ou incorporando-os aos níveis D e E.

### ***A defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade***

É preciso que o sindicato foque seus esforços em defesa do serviço público, gratuito e de qualidade. Para isso é necessário um posicionamento contundente das coordenações sindicais contra as políticas econômicas neoliberais, que visam a privatização da educação, entregando-a de bandeja na mão da iniciativa privada. Para este objetivo, implementam-se políticas econômicas como o arcabouço fiscal, que buscam o sucateamento da educação pública através da redução do orçamento da pasta. Paralelamente, políticas privatistas, como a ampliação das PPPs, são colocadas em prática. Empresas públicas como a EBSERH, onde ocorrem a precarização e a terceirização de serviços que anteriormente era feito por TAEs, já são uma realidade e assombam nossa categoria. É preciso reforçar a luta pela abertura de mais concursos públicos dentro da carreira TAE e dentro do RJU.

Mas infelizmente, o que vimos durante a Greve de 2024 foi justamente o contrário, vimos uma relativização dessas políticas por parte das bases governistas que estão na direção da FASUBRA, passando pano para todas as políticas neoliberais do atual governo, e desmobilizando toda e qualquer crítica direta ao executivo federal.

### ***Lutas de solidariedade de classe***

Devemos sempre nos posicionar enquanto classe e não como uma categoria apartada da realidade em que vive o povo. Assim precisamos intervir mais nas pautas que lutam contra a precarização do trabalho e da vida.

A luta contra a escala 6x1 e dos trabalhadores e trabalhadoras de plataformas e do comércio é urgente, devendo o sindicato intervir de maneira ativa nestas demandas, com participação nos atos, nas assembleias, com a disponibilização de materiais e estruturas para as lutas. Esta intervenção não pode ficar apenas no campo das redes sociais, com cards de whatsapp ou instagram, é necessário instaurar campanhas, convidar membros da base para se manifestar e agir; nas passagens nos setores, sempre tratar de pautas que expandam os horizontes da categoria.

A solidariedade na luta das ocupações urbanas, especialmente neste tempo de refugiados climáticos deve ser irrestrita. A criminalização das ocupações vem vindo a galope como forma de reação do capital aos desafios que o colapso climático traz.

Há questões fundamentais de nosso tempo histórico sobre as quais os povos explorados e oprimidos de todo o mundo precisam se posicionar, como o genocídio em curso contra o povo palestino, com apoio dos imperialismos americano e europeu. É preciso defender e lutar pela ruptura de todas as relações da UFRGS com empresas israelenses que são parte do genocídio, assim como a ruptura de todas as relações econômicas, diplomáticas e militares do Brasil com Israel.

### ***Comunicação com a categoria***

Devemos romper com a tática de comunicação que se coloca apenas a partir das redes sociais. Esses campos pertencem ao inimigo de classe, os algoritmos tem lado e cada vez mais estão sendo disponibilizados para destruição da nossa classe. Não significa largar essas redes, que ainda seguem sendo um local de interesse da nossa categoria, mas precisamos retomar os jornais/informativos do sindicato, fazendo sua entrega com passagens nos setores e nas residências dos aposentados, com a presença de representantes sindicais e membros da coordenação. Embora o alcance seja menor, em termos quantitativos, são nesses encontros que avançamos nas conversas, que nos formamos enquanto classe, na solidariedade contra os ataques cotidianos que vivemos, que trocamos experiências e expectativas, que nos constituímos enquanto uma comunidade de seres humanos e não nos relegamos a um papel de meros produtores de dados para as big techs.

### ***Extrema-direita e o neoliberalismo***

Finalmente, o avanço da extrema direita não pode seguir sendo tratado dentro do sindicato a partir de uma lógica estritamente eleitoral. As eleições fazem parte do imaginário da categoria e muitos partidos e correntes nela organizados lançam seus candidatos. Entretanto, na diversidade de posições que os sindicatos possuem, cabe ao nosso instrumento de luta a manifestação por pautas e demandas da Classe, construindo pressão em vez de aderência a candidaturas. Nas duas últimas eleições o sindicato virou sua atuação para as campanhas eleitorais vinculadas ao que se entende como um campo progressista. Embora o candidato apoiado para a presidência em 2022 tenha sido vitorioso nas eleições, a política aplicada por este governo atinge diretamente a nossa classe e a nossa categoria. Teto de gastos, reforma trabalhista e reforma da previdência seguem sem ser questionados; a Reforma administrativa, fim do piso de gastos com educação e saúde, e redução do direito de greve dos servidores estão na pauta do governo, que vem agindo como âncora do neoliberalismo, pois não encontra a mesma resistência de alguns setores da esquerda, que os apoiam incondicionalmente ou envergonhadamente. Já nas eleições de 2024, houve uma retumbante derrota do campo apoiado pelo sindicato, demonstrando, mais uma vez, a falha desta tática.

Ante o avanço da extrema-direita e de políticas neoliberais dentro de governos progressistas, não há alternativa senão a luta. O velho grito militante de que “só a luta muda a vida”, está mais vivo do que nunca. Precisamos retomar as ruas e radicalizar os nossos movimentos, sem rabo preso com qualquer partido, governo ou patrão, e articular os trabalhadores e trabalhadoras por uma greve geral que nos possibilite exercer poder em face deste colapso capitalista.

### ***Lutar, lutar e lutar!***

Com independência, solidariedade e ação direta organizaremos as lutas dos próximos anos, reaproximando a nossa categoria consigo mesma, ampliando os horizontes de demandas e retomando a atuação classista do nosso sindicato. A ASSUFRGS pode exercer grande papel de agente ativo na luta de classes nesses anos duros que se avizinham.

*Não tá morto quem peleia!*

## **FUNCIONAMENTO E ESTRUTURA SINDICAL**

Para que o sindicato possa ser uma ferramenta de luta da categoria, com independência política dos governos e da reitoria, é necessário uma relação orgânica com a base, criando mecanismos de participação permanente e controle que possam garantir transparência e democracia direta, e que levem a coordenação do sindicato a estabelecer um diálogo permanente com o conjunto da categoria.

As assembleias são os espaços soberanos de decisão e as questões fundamentais da atividade sindical precisam, necessariamente, passar por elas. Todos os trabalhadores têm direito a voz e voto nas assembleias e elas precisam ocorrer com frequência, além de serem bem construídas nas unidades.

No que diz respeito à base, a Assufrgs precisa incorporar as trabalhadoras e trabalhadores terceirizados da universidade, garantindo que esse setor, a quem são negados iguais salários e direitos, tenha possibilidade de filiação e representação sindical, já que suas representações são burocracias patronais que estão de costas para suas demandas. Enquanto filiados, devem lhes ser garantidos também os mesmos direitos de voz e voto nas assembleias e em todos os espaços de decisão da categoria.

Do ponto de vista da gestão do sindicato, a forma mais democrática de se conformar é através da *proporcionalidade*. Com uma gestão proporcional, todas as chapas que se candidatam na eleição terão representação na coordenação do sindicato de acordo com o peso de seus votos. Diferente da gestão por maioria, na qual apenas a chapa que tem a maioria dos votos controla a coordenação, a gestão proporcional permite um debate político aberto e permanente com a base, exigindo que as decisões sejam remetidas mais frequentemente às assembleias e que distintas posições políticas sejam abertamente debatidas nesses espaços como iniciativa da própria coordenação. Com a proporcionalidade, também é possível ampliar os mecanismos de controle na coordenação, com as diferentes forças políticas atuando neste espaço e fiscalizando as atividades entre si, além de garantirem espaço para expressão das posições minoritárias. Além da proporcionalidade, defendemos também o fortalecimento do conselho de representantes como órgão auxiliar da coordenação.

Em contextos de greve, considerando que podem surgir novos setores no âmbito da luta, é o Comando de Greve que toma à frente, preferencialmente com direito a voto de representantes eleitos nas unidades, mas aberto a qualquer grevista que queira acompanhar e opinar nas reuniões.

Do ponto de vista dos coordenadores, é necessária a rotatividade de liberados a cada dois anos, com retorno ao local de trabalho após esse período, combatendo pressões de comodismo dos dirigentes sindicais e a burocratização desses cargos. Essa medida visa evitar também o descolamento entre a coordenação e a base.

Acreditamos ser um erro a prática de troca de coordenadores durante o mandato mediante apenas a aprovação em assembleia. Ou seja, por ocasião da saída de algum(a) coordenador(a) admite-se a troca por qualquer outra pessoa que não fazia parte da chapa eleita. Somos contra essa possibilidade, é preciso garantir que todos(as) os(as) coordenadores(as) tenham passado pelo processo de serem eleitos pela base, impedindo assim a coordenação seja “indicada” pela gestão de plantão. Para tanto, as chapas devem prever um número considerável de suplências.

Uma prática que deve estar formalizada é de que colegas que ocupem Cargos nas Gestões da IF's, através de CD's, não possam ser coordenadores e nem representantes da categoria em qualquer evento sindical, seja em nível da Assufrgs ou da Fasubra. Aqueles que já possuam representação sindical, devem deixá-la assim que tomarem posse de sua função na gestão; bem como aqueles que já ocupem cargos de gestão e pretendem concorrer a alguma representação sindical (Coordenação, CR, Comissões), devem deixar suas funções pelo menos 3 meses antes da eleição. Esta situação não retira os direitos políticos de voto nas assembleias, eleições e outras instâncias abertas a toda a categoria, mas impede a possibilidade de um conflito de interesses.

Além disso, é preciso criar mecanismos de transparência em relação às contas do sindicato, com prestação de contas aberta à conferência de toda a categoria a cada três meses e com um conselho fiscal eleito, composto por trabalhadores de fora da coordenação, que tenha a tarefa de acompanhar esse tema e garantir a periodicidade das prestações de contas.

A revisão dos convênios do sindicato também deve ser feita com a periodicidade máxima de um ano, com a coordenação elaborando relatórios que permitam um melhor acompanhamento desse tema.

O sindicato é sustentado pelos seus filiados e por isso é necessário uma permanente campanha de filiação nas unidades, sobretudo junto aos servidores ingressantes, como forma de ampliar a participação da base e também através da contribuição voluntária. O mais forte é que a campanha de filiação esteja vinculada a campanhas políticas em torno de temas importantes, à mobilização e conscientização da categoria.

## **DERROTAR TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO, OPRESSÃO E EXPLORAÇÃO**

A derrota eleitoral do bolsonarismo, ainda que tenha interrompido o projeto fascista de ditadura no Brasil, infelizmente não significou a derrota do projeto neoliberal e nem sequer arrefeceu a onda crescente do machismo, do racismo, da LGBTfobia, das discriminações de toda espécie e principalmente do projeto de destruição da natureza. Ao contrário da expectativa, o governo do PT efetivamente não tem conseguido estancar a violência de gênero, a violência de raça e as violências todas que acontecem principalmente nas periferias e com o povo pobre das cidades, do campo e da floresta. Violência essa inclusive proporcionada pelo próprio Estado através das Polícias, da Justiça, das Instituições de Saúde e Educação, etc.

Apesar dos Ministérios específicos (representados na subida da rampa do Planalto na posse), com suas parcas verbas e também do apoio dos movimentos sociais, a ideologia fascista segue crescendo nas entranhas da sociedade e assim cresce também o sofrimento

principalmente das mulheres, das negras e negros, da comunidade LGBTQIPA+, do povo indígena e do povo quilombola. Sequer na superestrutura, através do parlamento, o governo consegue avançar em pautas que estão caindo de maduras e de urgentes como a legalização do aborto; ao passo que discussões absurdas como criança sendo obrigada a parir, escola sem partido, banheiros neutros, militarização das escolas, etc. são pautas ainda não vencidas em pleno século XXI.

Esse avanço vem ocorrendo não por uma questão meramente subjetiva de quem tem a melhor narrativa ou propaganda, trata-se de uma questão bem objetiva da vida das pessoas, ou seja, uma sociedade carente de direitos, de oportunidades, de qualidade de vida, em que pessoas vilipendiadas e exploradas tornam-se alvo fácil de discursos de ódio e são massa de apoio de ideologias eugenistas, reacionárias e capitalistas e são susceptíveis às famosas fake news. A História está aí para nos ensinar que a base objetiva da ascensão do fascismo foi uma sociedade capitalista em crise econômica e social. Se o país vai mal economicamente, vai mal socialmente e a decadência moral é consequência. O Brasil vai mal com o desemprego, com a falta de reforma agrária, com a destruição da Amazônia e do Cerrado, com a urbanização descontrolada das cidades, com falta de infraestrutura, etc. É nesse contexto que as igrejas neopentecostais e até mesmo as milícias encontram eco para suas aberrações éticas.

Além da população mais vulnerável, também quem mais tem sido massacrada é a natureza; vide as enchentes, os desmatamentos, os desastres naturais e as explorações descontroladas dos espaços. Infelizmente, não foi só na gestão Bolsonaro que passaram a boiada. Também nesse governo não se tem desacelerado a produção de combustíveis fósseis e do Agronegócio com suas monoculturas, seus venenos e seus métodos bárbaros de industrialização e sofrimento animal. Ao contrário, sendo o petróleo o primeiro produto em exportações, seguido da soja e outros, o governo incentiva esses setores “assassinos” da natureza, em vez de fomentar a pesquisa e a efetivação de novas e socioambientais tecnologias, como por exemplo a agrofloresta e a utilização de energias limpas. Muito emblemática foi a recente fala do Lula contra o IBAMA e defendendo a exploração de petróleo no Amapá, na foz do Rio Amazonas.

Sabemos que as lutas identitárias e as lutas pelo meio ambiente, por si só e isoladamente, não são capazes de ir ao cerne do problema de exploração, opressão, destruição e degradação das pessoas e do planeta, pois trata-se do Capital o verdadeiro impulsionador dessas mazelas. Porém, essas pautas têm se mostrado cada vez mais mobilizadoras da nossa classe pela importância e impacto que tem no cotidiano das pessoas que sofrem com o racismo, o machismo, a LGBTfobia, a xenofobia e com os desastres naturais. Sendo assim, a luta ecológica e também a luta contra o preconceito e as discriminações é também uma luta anticapitalista e é tarefa urgente da nossa classe.

## **CONCLUSÃO – SOLIDARIEDADE E INDEPENDÊNCIA DE CLASSE**

Nossa categoria não existe de forma separada: nem das universidades e IFES nas quais trabalhamos e que fazemos funcionar todos os dias; nem da educação pública e, portanto, do projeto de país (ou da sua ausência); tampouco do restante da classe

trabalhadora, que, de diferentes formas, sofre ataques contra a sua dignidade e existência, elabora suas lutas, resiste num quadro de crises permanentes e adiamento de sonhos.

Todas essas instâncias são campos em disputa, o que significa que em todas elas é possível identificar algo que nos oprime ou nos emancipa. Hoje, de forma ora velada ora explícita, encaramos um processo de desmonte de direitos sociais conquistados a partir de lutas históricas, uma ofensiva que pretende subordinar tudo à lógica da mercadoria – incluindo aí a educação pública – e descartar o que for considerado inútil – como por exemplo a carreira dos TAES.

Diante dessa ofensiva, movimentada pelos interesses de bancos, instituições financeiras, corporações da educação privada e seus respectivos *lobbies*, nós servidores técnicos-administrativos das IFES precisamos nos reconhecer solidariamente: como companheiros de categoria, como funcionários da educação e do serviço públicos, como trabalhadores. Solidariedade e apoio mútuo sempre foram as bases que sustentaram a vida humana no planeta e as lutas dos de baixo. O que queremos aqui é estender esses princípios, fazer deles um método político, usá-los como arma e escudo – pois os interesses dos que planejam a privatização de tudo que é público e a subordinação de todos que não forem proprietários brancos se beneficiam da nossa separação, da incapacidade de nos reconhecermos enquanto classe, da desarticulação de nossas identidades, origens, utopias. Sua ofensiva também se dá no plano simbólico-cultural; antes de tudo, precisam capturar nossos conceitos, o conteúdo do que desejamos, a forma do nosso tempo. Então, como procuram fazer há cinco séculos com o povo negro e indígena deste país, com todos que não se encaixam na máquina de reproduzir capital, contarão o fim da nossa história.

Em vez de nos conformarmos com essa morte anunciada, vamos gritar bem alto que ainda estamos aqui – e organizar a nossa revolta!

### ***Ações solidárias***

O sindicato, como instância de organização e defesa comum da categoria, precisa incrementar seu grau de intervenção e sua presença nos locais de trabalho dos TAES. Isto se dá não apenas com o apoio prestado pelos membros do Conselho de Representantes e pelos serviços de assistência sindical, ambos cruciais para a nossa classe, mas também pelo desenvolvimento de ações solidárias no cotidiano.

Atualmente, sabemos que, em diversos setores das nossas universidades, práticas de abuso, assédio e distorções de normas de trabalho ocorrem com frequência, chegando ao ponto de se “normalizarem”. Já ouvimos relatos de que em tal setor “as coisas são assim”, que as chefias – em especial do corpo docente – não respeitam os demais servidores e reproduzem um ambiente de trabalho tóxico, provocando adoecimento de companheiras(os), queda na qualidade do serviço e na própria disponibilidade para atividades políticas. Afinal, pessoas submetidas a assédio acabam se sentindo desencorajadas a participar ativamente dos movimentos de classe. Somados a um contexto adverso de despolitização e avanço do conservadorismo, tais fatores diminuem nosso potencial de luta e a própria confiança no sindicato.



Diante disso, é a solidariedade, a ajuda mútua realizada no cotidiano que pode reverter uma situação de trabalho tóxica. Cada companheiro e companheira deve ser um apoio a todos os demais; deve conhecer nossos direitos e estar articulado com o restante daqueles que já militam junto com a Assufrgs. Para além da disposição individual, o sindicato deve montar postos de assistência presencial nos campi e intensificar a ação dos que já existem; estes serão locais de escuta, acolhida e camaradagem dos TAES, oferecendo ajuda jurídica e formação política não como um serviço, mas como parte do nosso fazer.

Portanto, refutamos a concepção de que o sindicato atue primariamente de forma reativa e burocrática, acolhendo demandas e “tocando a máquina”. Como temos visto nos últimos mandatos da Assufrgs, parece não haver empenho real num trabalho político de base, constante, de matriz crítica, diversificada e revolucionária, que inclua as disputas inerentes à política mas que também aponte para uma plataforma comum de interesses de classe. Em vez disso, segue a tendência inercial de burocratização do sindicato, onde a coordenação, com o aval do Conselho de Representantes, opera seus serviços, concentra o poder e delibera antecipadamente sobre as questões da categoria, ficando as assembleias como mera formalidade.

### ***O exemplo da greve de 2024***

Muito mais do que o instrumento de uma categoria em particular, a solidariedade é um dos elos que tem o potencial de unir toda a classe e todos os povos não-proprietários. O entendimento é que nós, que dependemos do trabalho e dos bens não-mercantis, que não temos propriedade nem capital, encontramos nossa força trabalhando juntos e superando as divisões que o sistema opera entre nós. E podemos fazer isso com e para pessoas que a princípio não conhecemos, com as quais ainda não temos vínculos afetivos de amor ou de familiaridade, sem esperar outra coisa em troca que não seja o reconhecimento de uma condição em comum – uma condição melhorada justamente pela solidariedade.

Foi o que aconteceu durante o movimento grevista dos TAES em 2024. A Assufrgs declarou greve em março e estávamos em plena luta quando a enchente de maio assolou nosso estado e deixou centenas de milhares de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade. Diante disso, decidimos reverter todas as atividades de greve para ações solidárias: a cozinha do sindicato foi equipada e adaptada para a produção de centenas de marmitas, todos os dias, que foram entregues para abrigos da capital; nela trabalharam TAES da ativa e aposentados, estudantes, funcionários do sindicato, voluntários de outras categorias. Enquanto alguns ajudavam no preparo e embalagem dos alimentos, outros disponibilizavam seus carros para fazer as entregas. E a marca mais notória desse período, em tudo sombrio e imprevisível, foi o espírito de cooperação, gratidão e camaradagem dos envolvidos.

A greve solidária da Assufrgs foi um bom exemplo de unidade de classe. Estendemos nossa ajuda e capacidade organizacional não em termos caritativos, concebendo o outro como uma entidade separada e dependente, mas por sabermos que as pessoas mais afetadas pela catástrofe partilham conosco de uma condição comum – a dos trabalhadores e despossuídos – e de um poder comum – o de carregarmos conosco tanto o funcionamento da sociedade quanto a sua superação. Demonstramos assim que o nosso movimento grevista não era

motivado apenas por interesses corporativos, mas dizia respeito à realidade dos trabalhadores, dos oprimidos e da educação de modo geral.

### ***Independência de Classe***

Como acontece em toda classe trabalhadora, as experiências, formações e concepções políticas dos TAES são diversificadas. Com exceção das ideologias de direita, que jamais podem servir aos interesses de emancipação e de luta da classe – por estarem comprometidas com a manutenção das relações sociais de exploração –, temos uma ampla variedade de posicionamentos críticos quanto ao nosso papel na universidade, no sindicato, na educação nacional etc. Esses posicionamentos refletem a relativa liberdade política da categoria, dentro dos limites do modelo democrático liberal mas também apontando para além deles; expressam entendimentos ora comuns ora conflitantes, que fazem parte do debate e da disputa pelo poder; estão mais ou menos abertos a transformações dentro da categoria e da classe, a depender da práxis política que os define, e assim por diante.

Considerando isso, a ideia central da nossa independência é que *o sindicato apoie bandeiras de luta* em vez de governos e candidatos. Temos que aprofundar e radicalizar nossa defesa de um projeto de educação emancipadora, pública, não-mercantil, orientada ecologicamente, incorporando os saberes dos povos indígenas e de matriz africana; devemos nos juntar à luta dos trabalhadores contra a escala 6x1 e pela redução da jornada de trabalho, para que todos os companheiros de classe desfrutem de tempo, dignidade e disponibilidade para lutar; levar o combate à extrema-direita nas ruas, no cotidiano, com ação direta e trabalho de base, que sempre foram os melhores métodos para se vencer o fascismo; superar o machismo e o patriarcado em nossas relações e instâncias de luta, inclusive propondo cursos antissexistas para os homens cis da categoria; da mesma forma, superar nosso colonialismo e racismo arraigados tanto na academia quanto na cultura gaúcha.

São muitas as bandeiras que podemos levantar sem a necessidade de esperarmos por uma candidatura ou política governamental. A iniciativa de todo e qualquer movimento de emancipação pertence aos oprimidos: somos nós trabalhadoras e trabalhadores quem operamos todas as funções vitais desta sociedade, do cuidado à educação, da produção de alimentos à construção de moradia, do atendimento social aos serviços de infraestrutura. Toda riqueza que circula na sociedade vem da natureza, dos nossos corpos, do nosso trabalho. Não devemos nada a governo nenhum.

#### **Assinam esta tese:**

Aníbal Ricardo Gonçalves Alvarez (IFCH/UFRGS), Cauê Haase Pacheco (IFRS - Restinga), Gabriel Dutra (PROGRAD/UFRGS), Guilherme Moraes (FCE/UFRGS), Jorge Nogueira (IL/UFRGS), Myrela Leitão (FACED/UFRGS) e Santiago Alves Castro (PROGRAD/UFRGS).

Porto Alegre, Fevereiro 2025